CORREIO POLÍTICO

POR **RUDOLFO LAGO**

RICARDO STUCKERT / PR

Eventos do Círio de Nazaré começarão na próxima quarta-feira

Eleição acontece no Mês de Nossa Senhora

Depois de divulgada a nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) rebatendo a acusação feita pelo candidato do PL, Flávio Bolsonaro, de que a instituição estaria por trás da boataria que se espalhou de que ele iria retirar de Nossa Senhora Aparecida o título de Padroeira do Brasil, a Igreja Católica fez várias reuniões. Não exatamente para discutir o impacto político da nota ou de toda essa polêmica. Mas porque tudo isso coincidiu com um momento crucial de organização de festividades religiosas no país. Outubro é o Mês de Nossa Senhora. Na próxima quarta-feira, dia 7 de outubro, começam as festividades do Círio de Nazaré, em Belém (PA), que avançam até o dia 26 de outubro. Serão 14 procissões a serem realizadas nesses dias. E o tema deste ano é "Maria, Missionária que nos dá Jesus". Ou seja, algo muito na linha da discussão religiosa que se entranhou.

Mais de quatro milhões ao longo do mês

Ou seja, algo muito na linha da discussão religiosa que se entranhou na campanha eleitoral: evangélicos mostram-se contrários à idolatria à Nossa Senhora, mas não podem negar que ela é a mãe daquele que idolatram, Jesus Cristo. A estimativa da organização do Círio de Nazaré é de que mais de quatro milhões de fiéis se somem aos vários eventos que acontecerão. O principal deles é a Procissão do Círio, no dia 11 de outubro, com uma previsão de mais de 2 milhões nas ruas.

THIAGO LEON/SANTUÁRIO NACIONAL

Feriado de Nossa Senhora Aparecida cairá numa segunda-feira

Dia da Padroeira é 12 de outubro

Se a eleição passar para o segundo turno, o que parece o mais provável segundo as pesquisas, o Círio de Nazaré permeará todo o tempo de discussão política. O Círio acaba um dia depois do segundo turno, em 25 de outubro. No meio disso tudo, há o próprio dia de Nossa Senhora Aparecida, 12 de outubro, uma segunda-feira, feriado prolongado. Durante todo o ano passado, mais de 10 milhões de devotos foram ao Santuário de Nossa Aparecida, em Aparecida do Norte (SP), um número 15% maior do que o de 2024.

Triste uso como cabo eleitoral

Devoto de Nossa Senhora, representante da CNBB no Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), o advogado e analista político Melillo Dinis lamenta ver a Padroeira do Brasil usada como cabo eleitoral da disputa presidencial, seja contra ou a favor. "É muito triste", comenta. "A devoção à Nossa Senhora é muito forte no país e é muito mais do que um ciclo eleitoral"

Vale tudo

Para Melillo, a polarização e o acirradíssimo grau da disputa política estão fazendo com que se parta para um "vale tudo", onde o que menos se discute são propostas para o país. "Qual é o projeto de educação dos candidatos? De saúde?", questiona. "Isso muito pouco se discute, enquanto vai se gerando um quadro de divisão da sociedade".

Semelhanças

Para Melillo, católicos e evangélicos têm mais pontos de semelhança do que de diferença. Até porque ambos os segmentos religiosos têm em torno de si a mesma figura central: Jesus Cristo. Ambos são cristãos e têm como livro que baliza as suas atitudes a mesma Bíblia, o Velho e o Novo Testamento. As diferenças estão em interpretações.

Tolerância

Nessa linha, começou a circular nas redes sociais um vídeo produzido pela CNBB que fala sobre tolerância religiosa. "A fé brasileira tem muitos ritos, muitos nomes, muitas expressões", diz o vídeo. "Em um país tão grande e diverso, nenhuma crença precisa desaparecer para que outra possa florescer". O vídeo não é novo.

Vaticano II

Mas, diante da polêmica atual, voltou a ser compartilhado por alguns. Segundo Melillo, no caso da Igreja Católica, uma questão determinada a partir do Concílio Vaticano II, iniciado por João XXIII e concluído por Paulo VI. A partir daí, a Igreja Católica começou a considerar mais uma relação de maior tolerância com os não cristãos.

Moral

Em torno de toda essa discussão, entra também uma discussão de julgamento moral, que de alguma forma se associa. Nesse sentido, repercutem histórias sobre Flávio, a partir de reportagem do site Platô com seu antigo sócio na loja de chocolates que tinha no Rio, Alexandre Santini. A reportagem fala de festas com garotas de programa.

Tiro no pé

"Isso pode gerar um abalo sobre Flávio, mas pode ser também um tiro no pé", adverte Melillo. "Vai depender do grau de hipocrisia de quem julgue". Para Melillo, pode tento gerar reação de quem exerce padrões morais muito rígidos quando levar em conta que Flávio, convertido, afirma num dos diálogos ter se arrependido.

ROSINEI COUTINHO/STF

Gilmar Mendes cobrou providências sobre os precatórios do Master

A partir do Master, aumenta fiscalização de precatórios

Em resposta a Gilmar Mendes, Fachin diz que estuda medidas no CNJ

Por **Gabriela Gallo**

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Edson Fachin, informou, durante sessão na CNJ nesta terça-feira (29), que encaminhará para a Corregedoria Nacional de Justiça propostas para ampliar a fiscalização para a expedição e negociação do pagamento de precatórios – que são requisições determinados pelo Poder Judiciário para cobrar de um órgão público uma dívida em que não cabem mais recursos. Ao anunciar a medida, Fachin defendeu maior "segurança, transparência e rastreabilidade" no mercado de precatórios.

"Estamos construindo passo a passo uma verdadeira política nacional de tratamento adequado dos precatórios, apoiado em regulação, tecnologia, dados e transparência", destacou o ministro.

Segundo Fachin, a CNJ trabalha para implementar novas tecnologias para ampliar a fiscalização e controles desses créditos. Dentre as alternativas citadas pelo ministro está a criação de uma calculadora que permitirá ao cidadão consultar o valor atualizado de seu precatório, além de um painel nacional de dados e um portal voltado às cessões de créditos.

A manifestação do magistrado é uma resposta direta a uma cobrança do ministro do STF Gilmar Mendes. Na segunda-feira (28), o decano da Suprema Corte encaminhou para Edson Fachin e para o presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), ministro Luis Felipe Salomão, um ofício em que exigia que os tribunais realizassem uma ação conjunta para investigar possíveis irregularidades acerca de precatórios e créditos judiciais referentes ao Banco Master. Dentre as medidas, o ministro sugeriu que a Corregedoria Nacional de Justiça realize um uma fiscalização mais acirrada, como um "pente-fino", em todos os Tribunais Regionais Federais (TRFs), especialmente o TRF-1, localizado no Distrito Federal.

Isso porque, segundo investigações da Polícia Federal (PF) sobre o escândalo da fraude financeira do Master, o banco usou a compra de precatórios de maneira irregular para inflar artificialmente os balanços financeiros da instituição. A operação em converter títulos judiciais da União, que têm risco de postergação no pagamento, em produtos de baixo risco.